



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 130,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impresanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa».	ASSINATURA		Ano	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
	As três séries	Kz: 470 615.00	
	A 1.ª série	Kz: 277 900.00	
	A 2.ª série	Kz: 145 500.00	
	A 3.ª série	Kz: 115 470.00	

SUMÁRIO

Presidente da República

Despacho Presidencial n.º 237/14:

Autoriza a aquisição do Prédio Rústico para construção do edifício-sede da Inspeção Geral da Administração do Estado, localizado no Talatona, Município de Belas, com a dimensão de 5.806,39 m², e delega competência ao Ministro das Finanças para executar todos os actos por conta e no interesse do Estado, bem como efectuar os procedimentos de registo do mesmo a favor do Estado Angolano dentro dos prazos legais. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Despacho Presidencial n.º 164/14, de 13 de Agosto.

Despacho Presidencial n.º 238/14:

Autoriza a Unidade Técnica de Negociação (UTN) a contratar a empresa de consultoria para avaliação do trabalho executado, os preços praticados e aferição da sua conformidade com as peças apresentadas, cria a Comissão de Negociação de Reabilitação da Estrada Colui/Jamba (Intersecção com a EN 280) na Província da Huila para realização do concurso público e delega competência à Unidade Técnica de Negociação para verificar a validade e a legalidade de todos os actos praticados no âmbito do concurso público. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

Ministério dos Petróleos

Decreto Executivo n.º 400/14:

Exclui a empresa Falcon Oil Holding Angola S.A., do Grupo Empreiteiro do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 6/06.

Decreto Executivo n.º 401/14:

Autoriza a Statoil Angola Block 38 AS a proceder à cessão de 10% do interesse participativo por si detida no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 38/11 à Ecopetrol Germany GMBH.

Banco Nacional de Angola

Aviso n.º 11/14:

Estabelece requisitos específicos para as operações de crédito efectuadas pelas instituições financeiras. — Revoga o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

Aviso n.º 12/14:

Regula o processo de constituição de provisões das instituições financeiras. — Revoga o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, com excepção ao disposto no artigo n.º 13.º, que continua em vigor até ao dia 31 de Dezembro de 2015.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Despacho Presidencial n.º 237/14 de 17 de Dezembro

Considerando a necessidade de serem criadas as melhores condições de trabalho para os órgãos do aparelho do Estado que dignifiquem a imagem e representatividade do País;

Convindo dotar alguns Departamentos Ministeriais de instalações condignas para melhorar o desempenho das suas funções, visando a prestação adequada e eficiente de serviços e ainda no âmbito do processo de modernização da Administração Pública;

Atendendo que a aquisição de imóveis deve obedecer ao estipulado nos artigos 28.º, 34.º e 37.º da Lei n.º 20/10, de 7 de Setembro, da Contratação Pública;

Tendo em atenção a necessidade de ser acomodada condignamente a Inspeção Geral do Estado (IGAE), nos termos do n.º 1 do artigo 43.º, bem como efectuar o registo do prédio rústico, nos termos do n.º 4 do artigo 34.º, e no artigo 79.º, todos da Lei n.º 18/10, de 6 de Agosto, sobre o Património Público;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É autorizada a aquisição do prédio rústico para construção do edifício-sede da Inspeção Geral da Administração do Estado, localizado no Talatona, Município de Belas, com a dimensão de 5.806,39 m².

2.º — É delegada competência ao Ministro das Finanças para executar todos os actos por conta e no interesse do Estado, bem como efectuar os procedimentos de registo do mesmo a favor do Estado Angolano dentro dos prazos legais.

3.º — É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Despacho Presidencial n.º 164/14, de 13 de Agosto.

4.º — As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

5.º — O presente Diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Dezembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Despacho Presidencial n.º 238/14 de 17 de Dezembro

Considerando que no âmbito do Programa de Investimentos Públicos tornou-se necessário proceder à execução da obra de reabilitação da Estrada Colui/Jamba (intersecção com a EN 280), na Província da Huíla, com objectivo de facilitar a interligação entre os municípios e todo o País;

Havendo necessidade de regularizar o processo de concurso público para a reabilitação da referida obra, delegando competências à Unidade Técnica de Negociação a fim de negociar o contrato;

O Presidente da República determina, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 5 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

1.º — É autorizada a Unidade Técnica de Negociação (UTN) a contratar a empresa de consultoria para avaliação do trabalho executado, os preços praticados e aferição da sua conformidade com as peças apresentadas.

2.º — É criada a Comissão de Negociação de Reabilitação da Estrada Colui/Jamba (Intersecção com a EN 280), na Província da Huíla, para realização do concurso público e que integra as seguintes entidades:

- a) Octaviano Sebastião — Presidente da Comissão;
- b) José João Manuel Alexandre — Membro Efectivo;
- c) Nelson Mandela Alexandre — Membro Efectivo;
- d) Rosa Canacaterça — Membro Suplente;
- e) Maria Francisca Manuel Domingos Lunda — Membro Suplente.

3.º — A Comissão ora criada tem as seguintes atribuições:

- a) Avaliar o resultado do trabalho da empresa de consultoria;
- b) Negociar o contrato;
- c) Elaborar relatórios de análise do processo.

4.º — É delegada competência à Unidade Técnica de Negociação para verificar a validade e a legalidade de todos os actos praticados no âmbito do concurso público.

5.º — O Coordenador da Comissão de Negociação deve apresentar o relatório final e a minuta do contrato à Unidade Técnica de Negociação para conclusão do procedimento.

6.º — As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Despacho Presidencial são resolvidas pelo Presidente da República.

7.º — É revogada toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma.

8.º — O presente Despacho Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 5 de Dezembro de 2014.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DOS PETRÓLEOS

Decreto Executivo n.º 400/14 de 17 de Dezembro

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, e do n.º 1 do artigo 48.º do Decreto n.º 48/06, de 1 de Setembro, as associadas da Concessionaria Nacional devem possuir comprovada idoneidade e capacidade financeira;

Considerando que, nos termos da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, Lei das Actividades Petrolíferas, compete ao Ministro dos Petróleos garantir o cumprimento dos requisitos legais acima referidos;

Considerando que a empresa Falcon Oil Holding Angola, membro do Grupo Empreiteiro do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 6/06, demonstrou não possuir os requisitos exigidos por lei, faltando ao cumprimento das obrigações económicas e financeiras relacionadas com pagamento de quota-parte dos custos incorridos pelo Grupo Empreiteiro das operações petrolíferas do Bloco em referência;

Considerando que o incumprimento das obrigações da Falcon Oil Holding Angola S.A. tem dificultado a correcta execução das operações petrolíferas no referido Bloco;

Considerando que a Concessionaria Nacional de Hidrocarbonetos o seu acordo na exclusão da empresa Falcon Oil Holding Angola S.A., do Grupo Empreiteiro do Bloco 6/06;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, do n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, e do n.º 1 do artigo 48.º do Decreto n.º 48/06, determino:

1. É excluída a empresa Falcon Oil Holding Angola, do grupo Empreiteiro do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 6/06, aprovado pelo Decreto n.º 83/06, de 1 de Novembro;

2. Este Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 10 de Dezembro de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

Decreto Executivo n.º 401/14
de 17 de Dezembro

Considerando que, a empresa Statoil Angola Block 38 AS é detentora de 55% (cinquenta e cinco por cento) do interesse participativo no Contrato de Partilha de Produção (CPP) do Bloco 38/11 e deseja transmitir, de acordo com o estabelecido no referido CPP, 10% (dez por cento) do seu interesse participativo para a empresa Ecopetrol Germany GMBH.

Considerando que a Sonangol-E.P. não irá exercer o direito de preferência em relação a transmissão supramencionada, nos termos do artigo 38.º do CPP do referido Bloco.

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 10/04, de 12 de Novembro, determino:

1. É a Statoil Angola Block 38 AS autorizada a proceder à cessão de 10% (dez por cento) do interesse participativo por si detida no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 38/11 à Ecopetrol Germany GMBH.

2. Após a referida cessão, o Grupo Empreiteiro passará a ter a seguinte constituição:

Statoil Angola Block 38 AS 45,00%;

Sonangol P.P. 30,00%;

WRG Angola Block 38 Limited 15,00%;

Ecopetrol Germany GMBH 10,00%.

3. O presente Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Dezembro de 2014.

O Ministro, *José Maria Botelho de Vasconcelos*.

BANCO NACIONAL DE ANGOLA

Aviso n.º 11/14
de 17 de Dezembro

Havendo necessidade de se rever a regulamentação relativa a concessão, classificação e tratamento das operações de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Nacional de Angola;

Nestes termos e ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do artigo 21.º e do artigo 51.º, ambos da Lei n.º 16/10, de 15 de Julho — Lei do Banco Nacional de Angola, e do artigo 77.º da Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro — Lei das Instituições Financeiras, determino:

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Aviso estabelece requisitos específicos para as operações de crédito efectuadas pelas entidades referidas no artigo seguinte.

ARTIGO 2.º
(Âmbito)

1. O presente Aviso aplica-se às instituições financeiras autorizadas pelo Banco Nacional de Angola ou que nos termos e condições previstas na Lei das Instituições Financeiras se encontram sob sua supervisão que adiante, abreviadamente, são designadas por instituições.

2. As instituições referidas no número anterior devem implementar as regras definidas no presente Aviso a partir de 1 de Janeiro de 2016.

ARTIGO 3.º
(Definições)

Sem prejuízo das definições estabelecidas na Lei das Instituições Financeiras, para efeitos do presente Aviso, entende-se por:

1. Imparidade: Impacto negativo, passível de ser fiavelmente estimado, nos fluxos de caixa futuros associados à posição em risco, resultante de provas objectivas de um ou mais acontecimentos ocorridos após o reconhecimento contabilístico inicial da posição em risco. Considera-se que uma exposição apresenta imparidade com base, designadamente, nos seguintes indícios:

- a) Evidente dificuldade financeira do mutuário;
- b) Existência de atrasos no cumprimento das prestações de capital ou de juros contratualmente previstas, observados na própria instituição ou na prestação de informação na Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC), respeitantes ao mutuário ou a entidades pertencentes ao mesmo grupo económico, nos últimos 6 (seis) meses;
- c) Probabilidade relevante do mutuário entrar em falência ou num processo de reorganização financeira;
- d) Desaparecimento ou quebra significativa num mercado relevante para o mutuário;
- e) Dados objectivos que apontam para um decréscimo mensurável na estimativa dos fluxos de caixa futuros, associados a uma exposição ou grupo de exposições.

As restrições à liquidação de operações que resultem de quaisquer indeferimentos, por parte das autoridades competentes do país de origem do mutuário, não são consideradas para efeitos de identificação de imparidade, visto que não se relacionam com a capacidade financeira do mutuário. Para tal, é necessário a instituição financeira credora possuir evidência documental do pagamento das prestações contratualmente previstas por parte do mutuário.

2. Grupo Financeiro: conjunto de sociedades residentes e não residentes possuindo a natureza de instituições financeiras bancárias e não bancárias, com excepção das instituições

financeiras ligadas à actividade seguradora e previdência social, em que existe uma relação de domínio por parte de uma empresa-mãe supervisionada pelo Banco Nacional de Angola face às outras sociedades integrantes.

3. Justo Valor: preço que seria recebido na venda de um activo ou pago na transferência de um passivo, ou seja, o preço de uma operação regular entre participantes do mercado, na data de mensuração.

4. Posição em Risco: exposição relativa a um activo, um elemento extrapatrimonial, ou um instrumento financeiro derivado, acrescido de proveitos de qualquer natureza não recebidos que se encontrem reflectidos contabilisticamente como valores a receber, independentemente de se encontrarem vencidos ou vencidos, de acordo com os critérios do Manual do Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF).

5. Valor Actual do Crédito: somatório do capital e juros em dívida a uma determinada data, acrescido de eventuais juros periodificados até essa mesma data.

ARTIGO 4.º (Classificação dos créditos)

1. As instituições devem classificar as posições em risco mencionadas no artigo 1.º do presente Aviso, conforme normativo específico, sobre metodologias para a constituição de provisões, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:

- Risco Nível
- Mínimo A
- Muito baixo B
- Baixo C
- Moderado D
- Elevado E
- Muito elevado F
- Máximo G

2. Na classificação individual da posição em risco deve-se ter em conta as características e os riscos da operação e do mutuário, observando no mínimo:

- a) A aplicação dada aos recursos, por tipo ou modalidade de operação;
- b) A actividade predominante do devedor;
- c) A vinculação ou não a operações passivas;
- d) As garantias recebidas do devedor;
- e) A moeda, o indexador e o prazo da operação;
- f) A identificação completa e precisa do tomador do crédito e do grupo económico a que pertence.

3. A classificação individual da posição em risco no nível de risco correspondente é da responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efectuada com base numa estimativa de possível perda, calculada mediante a utilização de critérios consistentes e verificáveis, bem como sustentada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:

- a) Em relação ao devedor e seus garantes:
 - i. Situação económico-financeira;
 - ii. Capacidade de gestão e qualidade dos controlos internos;

- iii. Histórico de pontualidade e atrasos nos pagamentos;
- iv. Contingências;
- v. Sector de actividade económica;
- vi. Área geográfica de actuação;
- vii. Limite do crédito.

b) Em relação à operação:

- i. Natureza e finalidade da transacção;
- ii. Características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez;
- iii. Valor.

c) Em relação às garantias recebidas, os requisitos estabelecidos no Aviso n.º 10/2014, sobre garantias para fins prudenciais.

4. As instituições devem garantir a adequada formalização das metodologias e processos aplicados para a determinação da classificação individual das posições em risco nos níveis de risco.

ARTIGO 5.º (Nível de risco mínimo)

1. São classificadas com nível de risco A e por conseguinte isentas da constituição de provisões, as posições em risco que sejam:

- a) Assumidas pelo Estado Angolano, englobando as suas administrações centrais e provinciais;
- b) Assumidas por administrações centrais ou organizações internacionais ou bancos multilaterais de desenvolvimento, conforme normativo específico sobre classificação de países, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais;
- c) Totalmente garantidas por depósitos em numerário ou certificados de depósito constituídos ou emitidos pela instituição mutuante ou por instituições em relação de domínio ou de grupo com a instituição mutuante e tenha sede em Angola ou país incluído no Grupo 1, conforme normativo específico, sobre classificação de países, bancos multilaterais de desenvolvimento e organizações internacionais, desde que a posição em risco de depósito ou certificado estejam denominadas na mesma moeda;
- d) Totalmente garantidas por depósitos em numerário ou certificados de depósito constituídos ou emitidos pela instituição mutuante ou por sucursais da instituição mutuante, não abrangidas pela alínea anterior, desde que a posição em risco de depósito ou certificado estejam denominadas na mesma moeda;
- e) Totalmente garantidas por títulos ou obrigações emitidas pelo Estado Angolano ou pelo Banco Nacional de Angola.

2. Ficam isentas as posições em risco vinculadas na sua totalidade a garantias, elegíveis, nos termos previstos no Aviso n.º 10/2014, sobre garantias para fins prudenciais, concedidas pelas entidades mencionadas nas alíneas a) e b) do n.º 1.

3. Os depósitos mencionados nas alíneas c) e d) do n.º 1 do presente artigo devem respeitar as condições previstas no Aviso n.º 10/2014, sobre garantias para fins prudenciais, para a elegibilidade como garantias reais.

ARTIGO 6.º

(Revisão da classificação das posições em risco)

1. A classificação das posições em risco deve ser revista mensalmente, e sempre que se verifiquem alterações nos indícios de imparidade no atraso de pagamentos de parcela do principal, nos encargos e nas características descritas no artigo 4.º, observando-se que:

- a) Atraso igual ou inferior a 30 (trinta) dias ou que não apresenta indícios de imparidade deve ser classificado no máximo como risco do nível B;
- b) Atraso superior a 30 (trinta) e igual ou inferior a 60 (sessenta) dias deve ser classificado no máximo como risco de nível C;
- c) Atraso superior a 60 (sessenta) e igual ou inferior a 90 (noventa) dias deve ser classificado no máximo como risco de nível D;
- d) Atraso superior a 90 (noventa) e igual ou inferior a 150 (cento e cinquenta) dias deve ser classificado no máximo como risco do nível E;
- e) Atraso superior a 150 (cento e cinquenta) e igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias deve ser classificado no máximo como risco de nível F;
- f) Atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias deve ser classificado como risco de nível G.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior as instituições financeiras devem manter em nível «A» a classificação das operações previstas nas alíneas a) e b) no n.º 1 do artigo 5.º do presente Aviso, mesmo em circunstância de observação de atraso no pagamento de parcela do principal ou dos encargos.

3. Por ocasião da revisão mensal prevista no n.º 1, a reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função do pagamento da parcela de dívida em atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial.

4. Considera-se que as operações classificadas num nível de risco de «B», não podem corresponder à existência de qualquer indício de imparidade, de acordo com os critérios definidos no presente Aviso.

5. Embora valores vencidos representem evidências objectivas de imparidade, para a classificação dos níveis de risco deve ser considerado que valores vencidos até 30 (trinta) dias são imateriais e não representam indícios de imparidade.

ARTIGO 7.º

(Arrastamento)

1. As posições em risco respeitantes a um mesmo cliente ou grupo económico devem ser classificadas tendo como referência aquelas que representam maior risco.

2. A obrigatoriedade referida no número anterior apenas se aplica quando o cliente ou grupo económico apresente, pelo menos, uma posição em risco em situação de atraso superior a 30 (trinta) dias e quando a posição em risco consolidada do cliente represente um montante superior a 10% (dez por cento) da posição em risco consolidada do grupo económico.

ARTIGO 8.º

(Operações de crédito)

1. As instituições ficam expressamente impedidas de realizar operações de crédito, por desembolso, em moeda estrangeira, em quaisquer prazos e para quaisquer finalidades de crédito.

2. A obrigatoriedade referida no número anterior não se aplica às operações de crédito concedido aos exportadores e ao Estado Angolano.

3. As instituições não deverão aumentar o montante de crédito em moeda estrangeira existente em carteira, nem conceder novo crédito em moeda estrangeira, a partir da data da publicação do presente Aviso, salvo em relação às operações de crédito concedido aos exportadores e ao Estado Angolano.

ARTIGO 9.º

(Adiantamento a depositantes)

As operações de adiantamento a depositantes devem ser consideradas como crédito concedido desde a sua contratação, com integral observância das disposições estabelecidas no presente Aviso.

ARTIGO 10.º

(Registo das operações)

1. O registo das operações de crédito e os demais procedimentos internos relativos às mesmas, bem como os planos financeiros devem estar expressos na moeda contratada.

2. O registo da operação de crédito é efectuado pelo valor aplicado, na data da libertação dos fundos ao tomador. Caso a libertação do crédito seja parcial, as libertações de fundos posteriores seguem o mesmo princípio.

ARTIGO 11.º

(Desembolso e reembolso)

1. As instituições devem aferir da realidade económica dos fundos utilizados nos pagamentos de capital ou de juros, os quais não podem ter origem em novas operações de crédito realizadas pela instituição ou por entidades pertencentes ao mesmo grupo financeiro.

2. Nas operações de crédito, os desembolsos devem ser efectuados na moeda contratada.

3. As instituições financeiras devem, na cobrança das prestações de crédito concedido, aceitar fundos disponíveis nas contas dos seus clientes expressos em quaisquer moedas, independentemente da moeda contratada.

4. A obrigatoriedade referida no número anterior não se aplica às operações de crédito contratadas antes de 30 de Junho de 2011.

ARTIGO 12.º
(Abate de créditos ao activo)

1. O crédito classificado como de risco nível G pode ser transferido para conta extrapatrimonial específica, com o correspondente débito em provisão, após decorrido 1 (um) mês da sua classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 (cento e oitenta) dias, não sendo admitida a transferência em período inferior.

2. Um crédito deverá ser abatido ao activo apenas quando a instituição financeira considerar que, com base na informação disponível, o crédito em questão será irrecuperável.

3. O crédito abatido ao activo deve:

- a) Ser controlado analiticamente, com identificação das características da operação, devedor, garantias e respectivas providências administrativas e judiciais visando a sua recuperação;
- b) Permanecer registado em conta extrapatrimonial pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos e enquanto não estiverem esgotados todos os procedimentos para cobrança.

ARTIGO 13.º
(Apropriação de proveitos)

Os proveitos de qualquer natureza relativos aos créditos que apresentem atraso superior a 90 (noventa) dias devem deixar de ser reconhecidos para efeitos de resultado do período, devendo os mesmos ser considerados em rubrica extrapatrimonial correspondente a conta de controlo.

ARTIGO 14.º
(Recuperação do crédito)

1. No caso de recuperação do crédito abatido ao activo, mediante dação de bens em pagamento, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- a) O valor do bem a ser registado deve limitar-se ao montante apurado na sua avaliação, tendo como contrapartida o reconhecimento do proveito por recuperação de créditos abatidos ao activo;
- b) Quando a avaliação dos bens for superior ao valor dos créditos, a diferença deve ser registada como obrigação.

2. No caso de recuperação do crédito abatido ao activo, mediante pagamento em numerário ou em espécie, o valor recebido sob a forma de numerário ou o justo valor dos activos recebidos pela instituição financeira para liquidação das responsabilidades do mutuário, respectivamente, deve ter como contrapartida o reconhecimento do proveito do período.

3. Na recuperação do crédito ainda não abatido ao activo, mediante dação de bens em pagamento, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- a) O valor do bem deve ser registado observando-se o montante apurado na sua avaliação;
- b) O valor contabilístico dos créditos deve ser anulado, assim como o valor da provisão específica

constituída, com o respectivo registo da anulação de provisões para créditos;

- c) Quando o valor dos créditos for superior ao seu valor contabilístico, a diferença deve ser reconhecida como proveito do período, até ao valor apurado na avaliação dos bens;
- d) Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contabilístico dos créditos, a diferença deve ser reconhecida como custo do período;
- e) Quando a avaliação dos bens for superior ao valor dos créditos, a diferença deve ser registada como obrigação.

4. Na recuperação do crédito ainda não abatido ao activo, mediante pagamento em numerário, devem ser observados os seguintes procedimentos:

- a) O valor contabilístico do crédito deve ser anulado, assim como o valor da provisão específica constituída, com o respectivo registo da anulação da provisão para crédito;
- b) Quando o valor recebido for superior ao valor contabilístico do crédito, a diferença deve ser reconhecida como proveito do período;
- c) Quando o valor recebido for inferior ao valor contabilístico do crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do período.

ARTIGO 15.º
(Valor actual do crédito)

Todos os créditos devem ter o seu valor actual controlado em conta extrapatrimonial específica, para fins de prestação de informações à Central de Informação e Risco de Crédito (CIRC).

ARTIGO 16.º
(Sanções)

O incumprimento das normas imperativas estabelecidas no presente Aviso constitui contravenção punível nos termos da Lei das Instituições Financeiras.

ARTIGO 17.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Aviso são resolvidas pelo Banco Nacional de Angola.

ARTIGO 18.º
(Revogação)

É revogado o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

ARTIGO 19.º
(Entrada em vigor)

O presente Aviso entra em vigor a 1 de Janeiro de 2015. Publique-se.

Luanda, aos 10 de Dezembro de 2014.

O Governador, *José de Lima Massano*.

Aviso n.º 12/14
de 17 de Dezembro

Havendo necessidade de se reverem as práticas e as políticas de provisionamento que devem ser adoptadas pelas instituições financeiras sujeitas à supervisão do Banco Nacional de Angola;

Considerando a importância do adequado enquadramento das provisões para fins prudenciais, tendo em conta o desenvolvimento do sistema financeiro angolano;

Assim e, no uso das disposições combinadas da alínea e) do artigo 77.º da Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro — Lei das Instituições Financeiras, e do artigo 51.º da Lei n.º 16/10, de 15 de Julho — Lei do Banco Nacional de Angola, determino:

ARTIGO 1.º
(Objecto)

O presente Aviso regula o processo de constituição de provisões das instituições financeiras.

ARTIGO 2.º
(Âmbito)

1. São destinatárias das disposições constantes no presente Aviso as instituições financeiras sob supervisão do Banco Nacional de Angola, nos termos e condições previstas na Lei das Instituições Financeiras, adiante abreviadamente designadas por instituições.

2. As instituições referidas no número anterior devem implementar as regras definidas no presente Aviso a partir de 1 de Janeiro de 2016.

ARTIGO 3.º
(Definições)

Sem prejuízo das definições estabelecidas na Lei das Instituições Financeiras e no Manual do Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), para efeitos do presente Aviso, entende-se por:

1. *Empresa-Mãe*: pessoa colectiva que exerce relação de domínio ou de grupo relativamente a outra pessoa colectiva, designada por filial, quando se verifique uma das seguintes situações:

- a) Instituições autorizadas pelo Banco Nacional de Angola;
- b) Sociedades gestoras de participações sociais sujeitas à supervisão do Banco Nacional de Angola, nos termos dispostos na Lei das Instituições Financeiras.

2. *Entidades Públicas*: Sector institucional composto pelas seguintes subcategorias:

- a) Administrações Centrais: Governos e Bancos Centrais quando reconhecidos pelo seu respectivo Governo;
- b) Outras Administrações: Administrações regionais ou autoridades locais de um Estado soberano;

c) Entidades do Sector Público: Organismos administrativos não comerciais que são detidos por administrações centrais ou outras administrações, ou entidades que, na opinião do Banco Nacional de Angola, exerçam as mesmas responsabilidades que as outras administrações, ou empresas não comerciais detidas pelas administrações centrais que disponham de acordos específicos de garantia, podendo incluir organismos com autoridade administrativa que estejam sob supervisão pública.

3. *Grupo Financeiro*: conjunto de sociedades residentes e não residentes que possuem a natureza de instituições financeiras bancárias e não bancárias, com excepção das instituições financeiras ligadas à actividade seguradora e previdência social, em que existe uma relação de domínio por parte de uma empresa-mãe supervisionada pelo Banco Nacional de Angola face às outras sociedades integrantes.

4. *Mercado*: qualquer mercado secundário, líquido, transparente e funcionando com regularidade, com cotações ou preços de referência conhecidos pelos seus intervenientes. Mercados organizados, onde as transacções são realizadas de forma estruturada e de acordo com regras precisas, constituídos, mantidos e desenvolvidos por intermediários financeiros que anunciam de forma recorrente, preços de compra e venda.

5. *Posição em Risco*: exposição relativa a um activo, um elemento extrapatrimonial, ou um instrumento financeiro derivado, acrescido de proveitos de qualquer natureza não recebidos que se encontrem reflectidos contabilisticamente como valores a receber, independentemente de se encontrarem vincendos ou vencidos, de acordo com os critérios do Manual do Plano Contabilístico das Instituições Financeiras.

6. *Provisão*: montante constituído pelas instituições com vista a fazer face a potenciais perdas nas posições em risco.

7. *Reestruturação de Crédito*: prorrogação, renovação, refinanciamento, renegociação dos créditos ou qualquer procedimento que altere parcial ou integralmente quaisquer condições do contrato originalmente acordadas.

8. *Relação de Domínio ou Grupo*: «Relação de domínio» tal como definida na Lei das Instituições Financeiras.

9. *Valores Vencidos*: Pagamentos de capital ou de juros de uma operação de crédito ou das restantes aplicações financeiras não cumpridos nas datas contratualmente previstas.

ARTIGO 4.º
(Constituição de provisões)

As instituições devem constituir provisões para as posições em risco de acordo com as metodologias para constituição de provisões estabelecidas em normativo específico.

ARTIGO 5.º
(Mitigantes do risco)

1. São elegíveis como mitigantes do risco na constituição de provisões as garantias reais e pessoais, recebidas pelas instituições, que cumpram os critérios de elegibilidade estabelecidos no Aviso n.º 10/2014, de 10 de Dezembro, sobre características e requisitos de garantias recebidas.

2. As garantias referidas no número anterior podem ser consideradas para efeitos de redução do provisionamento, no sentido de permitir aplicar ponderadores de risco mais favoráveis.

ARTIGO 6.º
(Isenções)

Ficam isentas da constituição de provisões determinadas posições em risco classificadas com nível de risco A, que cumpram as características dispostas no Aviso n.º 11/2014, de 17 de Dezembro, sobre requisitos específicos para operações de crédito.

ARTIGO 7.º
(Filiais)

Para efeito do ponderador de risco-país da posição em risco, o Banco Nacional de Angola pode estabelecer, numa base casuística, que as filiais detidas maioritariamente e/ou em que exista uma relação de domínio sejam consideradas residentes no país ou território onde está sedeadada a empresa-mãe e que as sucursais sejam residentes no país ou território onde se localiza a sede da respectiva instituição financeira.

ARTIGO 8.º
(Base de aplicação)

1. As instituições devem aplicar as disposições constantes no presente Aviso à sua actividade em base individual.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as instituições e as sociedades gestoras de participações sociais que sejam empresas-mãe de grupos financeiros, nos termos previstos no Aviso n.º 3/2013, de 22 de Abril, sobre consolidação prudencial, devem aplicar em base consolidada as disposições constantes no presente Aviso à actividade do grupo financeiro de que fazem parte, assegurando para tal a coerência e alinhamento das metodologias de constituição de provisões.

ARTIGO 9.º
(Provisionamento em situação de reestruturação do crédito)

1. Para efeitos de cálculo de provisões, em caso de reestruturação do crédito apenas se interrompe o prazo de contagem de dias de atraso na situação de crédito vencido se se cumprirem as seguintes circunstâncias:

- a) Forem integralmente cumpridas as condições contratuais vigentes até à reestruturação, designadamente o que respeita ao pagamento de juros, prestações de capital e restantes encargos vencidos;
- b) O montante do crédito reestruturado não for superior nem igual face ao montante global em exposição à data imediatamente anterior ao momento da reestruturação, considerando o capital em dívida, juros e garantias;
- c) O montante do crédito reestruturado não poder ser utilizado para pagamento de quaisquer montantes de crédito vencido.

ARTIGO 10.º
(Provisões adicionais)

O Banco Nacional de Angola pode exigir o reforço das provisões constituídas de acordo com o disposto no presente Aviso sempre que considere que existem circunstâncias que o justifiquem.

ARTIGO 11.º
(Sanções)

O incumprimento das normas imperativas estabelecidas no presente Aviso constitui contravenção punível nos termos da Lei das Instituições Financeiras.

ARTIGO 12.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação e aplicação do presente Aviso são resolvidas pelo Banco Nacional de Angola.

ARTIGO 13.º
(Revogação)

Até ao dia 31 de Dezembro de 2015, continua em vigor o disposto no artigo 13.º do Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março.

ARTIGO 14.º
(Entrada em vigor)

O presente Aviso entra em vigor a 1 de Janeiro de 2016. Publique-se.

Luanda, aos 10 de Dezembro de 2014.
O Governador, *José de Lima Massano*.